



## **TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 002/2018 SETGER**

O MUNICÍPIO DE CONTAGEM, com sede na Praça Presidente Tancredo Neves, nº 200, Bairro Camilo Alves, Contagem/MG, CEP: 32.017-900, inscrito no CNPJ sob o nº.18.715.508/0001-31, por intermédio da Secretaria Municipal Trabalho e Geração de Renda, neste ato representado pelo Secretário Municipal Frederico Ricardo Fonseca Carneiro, doravante denominado MUNICÍPIO e Instituição Espírita Lar de Marcos, com sede na Rua Carlos Pinheiro Chagas, 170, Ressaca, 32.113.460, Contagem, Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 17.359.415/0001-59, representada neste ato, por seu Diretor Presidente, **Walter de Aguiar Campós**, portador da cédula de identidade RG nº 508.903 e inscrito no CPF/MF sob nº. 163.723.526-72, doravante denominada OSC, com fundamento no que dispõem a Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2014, e o Decreto Municipal nº 30, de 23 de fevereiro de 2017, resolvem firmar o presente Termo de Colaboração, que será regido pelas cláusulas e condições que seguem:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1.**O presente Termo de Colaboração, decorrente do Chamamento Público nº001/2018 SETGER, tem por objeto a concessão de apoio da administração pública municipal para a execução de apoio as ações e programas da Economia Popular Solidária, através de custeio, pagamento pessoal, custeio de insumos para feiras, custeio de capacitações, pagamento de serviços a terceiros, estruturação de espaços para comercialização, aquisição de material para escritório, material de limpeza e apoio na potencialização de empreendimentos solidários do município de Contagem/MG, consoante o plano de trabalho anexo.

**1.2.**O plano de trabalho poderá ser revisto para alteração, respeitada a legislação vigente e após proposta previamente justificada pela OSC e acolhida em parecer técnico favorável do órgão competente, ratificado pelo Titular da Secretaria Municipal de Trabalho e Geração de Renda, vedada alteração do objeto.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES**

**2.1.** São responsabilidades e obrigações, além de outros compromissos assumidos por meio deste termo e respectivo plano de trabalho, os previstos na Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2014, no Decreto Municipal nº 30, de 23 de fevereiro de 2017, e legislação e regulamentação aplicáveis à espécie:

**2.1.1. COMUNS DOS PARTICIPES:**



- I- assegurar o regular funcionamento do Termo de Colaboração,;
- II- colaborar, acompanhar, supervisionar, avaliar e divulgar a implantação e o desenvolvimento das atividades decorrentes da presente parceria.

### **2.1.2. DO MUNICÍPIO:**

- I- elaborar e conduzir a execução da política pública;
- II- emanar diretrizes sobre a política pública a ser executada por meio do presente termo, estabelecendo conceitos e critérios de qualidade a serem observados pela OSC;
- III- acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução do objeto deste termo, devendo zelar pelo alcance dos resultados pactuados e pela correta aplicação dos recursos repassados;
- IV- prestar apoio necessário e indispensável à OSC para que seja alcançado o objeto da parceria em toda sua extensão e no tempo devido;
- V- repassar à OSC os recursos financeiros previstos para a execução do objeto da parceria, de acordo com o cronograma de desembolsos previsto, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto;
- VI- manter, em seu sítio eletrônico, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o encerramento da vigência;
- VII- conferir, a cada 30 (trinta) dias, o relatório a ser enviado pela OSC à Secretaria Municipal de Trabalho e Geração de Renda, por meio informatizado, com indicação da quantidade de pessoas atingidas, materiais utilizados e os planos de ações a serem implementados;
- VIII- publicar, no Diário Oficial do Município, extrato deste termo, de seus aditivos e apostilamento.
- IX- instituir Comissão de Monitoramento e Avaliação - CMA, por ato da autoridade competente, a ser publicado no Diário Oficial do Município.
- X- emitir relatório técnico de monitoramento de avaliação da parceria;
- XI- analisar os relatórios gerenciais financeiros e de resultados;
- XII- analisar as prestações de contas encaminhadas pela OSC de acordo com a legislação e regulamentação aplicáveis.
- XIII- disponibilizar na íntegra, em seu site eletrônico, o teor deste termo e de seus aditivos, bem como de todos os relatórios gerenciais de resultados e da CMA, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data de suas assinaturas;
- XIV- viabilizar o acompanhamento, pela internet, dos processos de liberação de recursos;
- XV- na hipótese de inexecução exclusiva por culpa da OSC, o MUNICÍPIO poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio



independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas, retomar os bens públicos em poder da OSC, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens, e/ou assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela OSC até o momento em que o MUNICÍPIO assumiu essa responsabilidade;

XVI- divulgar, pela internet, os meios para apresentação de denúncia sobre a aplicação irregular dos recursos transferidos;

XVII- realizar pesquisas por amostragem, sem caráter restritivo, acerca do perfil dos usuários atingidos pelo projeto.

### **2.1.3 - DA OSC:**

I- apresentar relatórios de execução do objeto e de execução financeira, elaborados eletronicamente por meio de formulários próprios constantes do sítio eletrônico do MUNICÍPIO contendo, entre outros dados:

- a) comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados, acompanhado de justificativas para todos os resultados não alcançados e propostas de ação para superação dos problemas enfrentados;
- b) demonstrativo integral da receita e despesa realizadas na execução, em regime de caixa e em regime de competência; e
- c) comprovantes de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

II- prestar contas, eletronicamente, por meio de formulários próprios constantes do sítio eletrônico do MUNICÍPIO, da totalidade das operações patrimoniais e resultados da parceria, de acordo com a legislação e regulamentação aplicáveis;

III- executar o plano de trabalho - isoladamente ou por meio de atuação em rede, na forma do artigo 35-A, da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, bem como aplicar os recursos públicos e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;

IV- zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar os resultados pactuados de forma otimizada;

V- observar, no transcorrer da execução de suas atividades, todas as orientações emanadas do MUNICÍPIO;

VI- responsabilizar-se, integral e exclusivamente, pela contratação e pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto, não



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTAGEM**  
**Secretaria Municipal de Trabalho e Geração de Renda**  
Av. José Faria da Rocha, 3.185 – Bairro Eldorado – Contagem/MG.  
CEP: 32.310.210 - Tel.: (31) 3198-3009/3198-3000



implicando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO a inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

VII- divulgar, no seu sítio eletrônico e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, na forma e prazos definidos pelo MUNICÍPIO, todas as parcerias celebradas com esse último, observando-se as informações mínimas exigidas e eventuais restrições de segurança que impeçam a sua divulgação, na forma da lei;

VIII- indicar pelo menos um representante para acompanhar os trabalhos da CMA, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de assinatura deste instrumento;

IX- manter e movimentar os recursos financeiros repassados para a execução do objeto da parceria em uma única e exclusiva conta bancária da parceria, aberta junto ao Banco Caixa Econômica Federal, observado o disposto no artigo 51 da Lei federal n. 13.019, de 2014;

X- manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativo são objeto da parceria;

XI- assegurar que toda divulgação das ações objeto da parceria seja realizada com o consentimento prévio e formal do MUNICÍPIO;

XII- utilizar os bens, materiais e serviços custeados com recursos públicos vinculados à parceria em conformidade com o objeto pactuado;

XIII- permitir e facilitar o acesso de agentes do MUNICÍPIO, membros dos conselhos gestores da política pública, quando houver, da CMA e demais órgãos de fiscalização interna e externa a todos os documentos relativos à execução do objeto da parceria, prestando-lhes todas e quaisquer informações solicitadas, bem como aos locais de execução do objeto;

XIV- responsabilizar-se pela legalidade e regularidade das despesas realizadas para a execução do objeto da parceria, pelo que responderá diretamente perante o MUNICÍPIO e demais órgãos incumbidos da fiscalização nos casos de descumprimento;

XV- responsabilizar-se, exclusivamente, pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoa..

XVI- Promover ações que contribuam para o reconhecimento e valorização dos empreendimentos de Economia Solidária e a superação da extrema pobreza.

XVII- Capacitar e inserir pessoas em situação de vulnerabilidade social no mercado de trabalho através do empreendedorismo.

XVIII- Promover cursos, palestras e reuniões objetivando a capacitação em Economia Solidária



dentro dos padrões do empreendedorismo.

XIX- Fomentar espaços para comercialização e assessorar pequenos empreendimentos de Economia Solidária.

XX- Viabilizar pequenas adequações, montagens e manutenções de espaços físicos necessários para o desenvolvimento do projeto.

XXI – A obrigatoriedade de restituição de recursos, nos casos previstos nesta Lei.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO GESTOR DA PARCERIA**

**3.1.** O gestor da parceria fará a interlocução técnica com a OSC, bem como o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto da parceria, devendo zelar pelo seu adequado cumprimento e manter o MUNICÍPIO informado sobre o andamento das atividades, competindo-lhe em especial:

I- acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da parceria;

II- informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

III- emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o teor do relatório técnico de monitoramento e avaliação;

IV- disponibilizar ou assegurar a disponibilização de materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação;

V- comunicar ao administrador público a inexecução por culpa exclusiva da OSC;

VI- acompanhar as atividades desenvolvidas pela OSC e monitorar a execução do objeto da parceria nos aspectos administrativo, técnico e financeiro, propondo as medidas de ajuste e melhoria segundo as metas pactuadas e os resultados observados, com o assessoramento que lhe for necessário;

VII- realizar atividades de monitoramento, devendo estabelecer práticas de acompanhamento e verificação no local das atividades desenvolvidas, mediante agenda de reuniões e encontros com os dirigentes da OSC, para assegurar a adoção das diretrizes constantes deste termo e do plano de trabalho;

VIII- realizar a conferência e a checagem do cumprimento das metas e suas respectivas fontes comprobatórias, bem como acompanhar e avaliar a adequada implementação da política pública, verificando a coerência e veracidade das informações apresentadas nos relatórios gerenciais;

**3.2.** Fica designado como gestor o servidor da Secretaria Municipal de Trabalho e Geração de Renda Marco Aurélio Peixoto / matrícula: 1504201.



**3.3.** O gestor da parceria poderá ser alterado a qualquer tempo pelo MUNICÍPIO, por meio de simples apostilamento.

**3.4.** Em caso de ausência temporária do gestor, o Secretário Municipal de Trabalho e Geração de Renda assumirá a gestão até o retorno daquele.

**3.5.** Em caso de vacância da função de gestor, o Secretário Municipal de Trabalho e Geração de Renda assumirá interinamente a gestão da parceria, por meio de simples apostilamento, até a indicação de novo gestor.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS**

**4.1.** Os resultados alcançados com a execução do objeto da parceria devem ser monitorados e avaliados sistematicamente por meio de relatórios técnicos emitidos por responsável designado pelo Prefeito em ato próprio, na forma do artigo 59, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

**4.2** A periodicidade e a quantidade dos relatórios técnicos previstos no caput desta cláusula serão estipuladas pela CMA.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**

##### **5.1. Compete à CMA:**

I- homologar, independentemente da obrigatoriedade de apresentação de prestação de contas pela OSC, o relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o artigo 59, da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014;

II- avaliar os resultados alcançados na execução do objeto da parceria, de acordo com informações constantes do relatório técnico de monitoramento e avaliação, e fazer recomendações para o atingimento dos objetivos perseguidos;

III- analisar a vinculação dos gastos da OSC ao objeto da parceria celebrada, bem como a

IV- solicitar, quando necessário, reuniões extraordinárias e realizar visitas técnicas na OSC e no local de realização do objeto da parceria com a finalidade de obter informações adicionais que auxiliem no desenvolvimento dos trabalhos;

V- solicitar aos demais órgãos do MUNICÍPIO ou à OSC esclarecimentos que se fizerem necessários para subsidiar sua avaliação;

VI- emitir relatório conclusivo sobre os resultados alcançados no período, contendo a nota da parceria, avaliação das justificativas apresentadas no relatório técnico de monitoramento e avaliação, recomendações, críticas e sugestões;

#### **CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS**

**6.1.** O valor total da presente parceria é de R\$532,560,00 (quinhentos e trinta e dois mil, quinhentos e sessenta reais).



6.2. As despesas para implementação e execução do Plano de Trabalho, estabelecido neste Termo, correram à conta do orçamento vigente, na dotação orçamentária:

<b>Unidade: Fundo Municipal de Trabalho e Renda Solidária</b>				
RDZ	CÓD. UNIDADE	FUNÇÃO PROGRAMÁTICA	NATUREZA DE DESPESA	FONTE
1098	1192	11.334.0035.2226	33.50.43-00	0100

6.3. Os recursos financeiros de que trata esta cláusula serão transferidos à OSC na forma do cronograma de desembolso constante do plano de trabalho, sendo que as parcelas subsequentes à primeira apenas serão liberadas após aprovação da prestação de contas das parcelas precedentes.

6.4. Havendo saldo remanescente do repasse de recursos anteriores, o valor do repasse subsequente corresponderá ao valor previsto no cronograma de desembolso subtraído do referido saldo remanescente, garantindo-se que, ao final de cada período de avaliação, seja disponibilizado o montante de recursos necessários à execução do objeto da parceria.

6.5. Não serão computados como saldo remanescente os valores referentes a compromissos já assumidos pela OSC para alcançar os objetivos da parceria, bem como os recursos referentes às provisões para liquidação de encargos.

6.6. É vedada a realização de despesas, à conta dos recursos destinados à parceria, para finalidades diversas ao objeto pactuado, mesmo que em caráter de urgência.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA CESSÃO E DA ADMINISTRAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS**

7.1. Durante o período de vigência desta parceria, poderão ser destinados à OSC bens públicos necessários ao seu cumprimento, os quais poderão ser disponibilizados por meio de disposição constante do plano de trabalho, de permissão de uso ou de instrumento equivalente em que se transfira a responsabilidade pelo seu uso e guarda, na forma da lei.

7.2. Os bens adquiridos, produzidos ou transformados pela OSC com recursos da parceria não compõem o patrimônio desta e deverão ser utilizados em estrita conformidade com o objeto pactuado.

7.3. Extinto o ajuste por realização integral de seu objeto, os bens adquiridos, produzidos ou transformados com recursos da parceria serão entregues ao MUNICÍPIO, para assegurar a continuidade do objeto pactuado, seja por meio da celebração de nova parceria, seja pela execução direta do objeto pela administração pública municipal.

7.4. A OSC deverá, a partir da data da apresentação da prestação de contas, disponibilizar os bens para o MUNICÍPIO, que deverá retirá-los, no prazo de até 90 (noventa) dias, após o qual a organização da sociedade civil não mais será responsável pelos bens.



7.5. Na hipótese de dissolução da organização da sociedade civil durante a vigência da parceria, os bens remanescentes deverão ser retirados pela administração pública municipal, no prazo de até 90 (noventa) dias, contado da data de notificação da dissolução.

7.6. Esta cláusula formaliza a promessa de transferência da propriedade dos equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos provenientes da celebração da parceria, para fins do disposto no art. 35, § 5º, da Lei nº 13.019/2014.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

8.1. A OSC elaborará e apresentará ao MUNICÍPIO prestação de contas na forma discriminada no Decreto Municipal nº 30, de 23 de fevereiro de 2017, observando-se o Capítulo IV, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e demais legislação e regulamentação aplicáveis.

8.2. Os originais das faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome da OSC, devidamente identificados com o número do Processo 001/2017, e mantidos em sua sede, em arquivo e em boa ordem, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados a partir da aprovação da prestação de contas ou da tomada de contas especial pelo Tribunal de Contas do Estado, relativa ao exercício da gestão, separando-se os de origem pública daqueles da própria OSC.

8.3. A prestação de contas e todos os atos que dela decorram dar-se-ão em plataforma eletrônica a ser disponibilizada no portal do MUNICÍPIO, permitindo a visualização por qualquer interessado.

8.4. Até que se institua a plataforma eletrônica de que trata o item anterior, referida prestação de contas e atos subsequentes serão realizados na forma indicada pela Controladoria Geral do Município, sendo utilizados, para tanto, os instrumentais disponíveis no sítio eletrônico da Prefeitura de Contagem.

8.5. Para fins de comprovação dos gastos, não serão aceitas despesas efetuadas em data anterior ou posterior ao período de vigência da parceria.

8.6. Não poderão ser pagas com recursos da parceria, despesas em desacordo com o plano de trabalho, bem como aquelas decorrentes de multas, juros, taxas ou mora, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo e a título de taxa de administração.

8.7. A falta de prestação de contas nas condições estabelecidas nesta cláusula e na legislação aplicável, ou a sua desaprovação pelos órgãos competentes do MUNICÍPIO, implicará a suspensão das liberações subsequentes, até a correção das impropriedades ocorridas.

8.8. A responsabilidade da OSC pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e à execução do objeto da parceria é exclusiva, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO pelos respectivos





pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução.

### **CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO**

**9.1.** O prazo de vigência desta parceria é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

**9.2.** No mínimo trinta dias antes de seu término, havendo possibilidade legal e interesse dos partícipes, a parceria poderá ter seu prazo de execução prorrogado para cumprir o plano de trabalho, mediante termo aditivo e prévia autorização do MUNICÍPIO, respeitada a legislação vigente, após proposta previamente justificada pela OSC e autorização do Prefeito, baseada em parecer técnico favorável do órgão competente.

**9.3.** O MUNICÍPIO prorrogará de ofício a vigência da parceria quando der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA AÇÃO PROMOCIONAL**

**10.1.** Em qualquer ação promocional relacionada à parceria serão, obrigatoriamente, seguidas as orientações do MUNICÍPIO.

**10.2.** É vedada à OSC a realização de qualquer ação promocional relativa ao objeto da parceria sem o consentimento prévio e formal do MUNICÍPIO.

**10.3.** Caso a OSC realize ação promocional sem a aprovação do MUNICÍPIO e com recursos da parceria, o valor gasto deverá ser restituído à conta dos recursos disponibilizados e o material produzido deverá ser imediatamente recolhido.

**10.4.** A divulgação de resultados técnicos, bem como todo e qualquer ato promocional relacionado ao desenvolvimento ou inovação tecnológica e/ou metodológica, decorrentes de trabalhos realizados no âmbito da presente parceria, deverá apresentar o brasão oficial de Contagem, sendo vedada a sua divulgação total ou parcial sem o consentimento prévio e formal do MUNICÍPIO.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO**

**11.1.** A presente parceria poderá, a qualquer tempo, ser denunciada por qualquer dos partícipes, mediante notificação escrita com antecedência de 60 (sessenta) dias e será rescindido por infração legal ou descumprimento das obrigações assumidas, ou pela superveniência de norma legal ou fato que o torne jurídica, material ou formalmente inexequível.

**11.2.** Ocorrendo a rescisão ou a denúncia do presente ajuste, MUNICÍPIO e OSC responderão pelas obrigações assumidas até a data de assinatura do respectivo termo de encerramento, devendo a OSC apresentar ao MUNICÍPIO, no prazo de até 30 (trinta) dias, a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações assumidas até aquela data.

**11.3.** Havendo indícios fundados de malversação do recurso público, o MUNICÍPIO deverá



instaurar Tomada de Contas Especial, para apurar irregularidades que tenham motivado a rescisão da parceria.

**11.4.** Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do presente ajuste, não tendo ocorrido a utilização total dos recursos financeiros recebidos do MUNICÍPIO, fica a OSC obrigada a restituir, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados da data do evento, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, acrescidos de correção monetária e de juros de mora, devendo encaminhar o respectivo comprovante de depósito bancário ao MUNICÍPIO.

**11.5.** A inobservância do disposto no item anterior ensejará a imediata instauração da tomada de contas especial, sem prejuízo da inscrição de demais sanções e medidas cabíveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES**

**12.1.** Este termo poderá ser alterado, mediante termo aditivo, em qualquer de suas cláusulas e condições, exceto no que tange ao seu objeto, de comum acordo, desde que tal interesse seja manifestado por qualquer dos partícipes, previamente e por escrito, observado o disposto neste termo e na legislação aplicável.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES**

**13.1.** Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal n. 13.019, de 2014 e da legislação específica, o MUNICÍPIO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as sanções previstas no artigo 73 da Lei federal n. 13.019, de 2014.

**13.1.1.** Aplicadas as sanções previstas nesta cláusula, deverão ser as mesmas registradas no sítio eletrônico do MUNICÍPIO.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**14.1.** Acordam as partes, ainda, em estabelecer as condições seguintes.

**14.1.1.** Os trabalhadores contratados pela OSC não guardam qualquer vínculo empregatício com o MUNICÍPIO, inexistindo, também, qualquer responsabilidade desse último em relação às obrigações trabalhistas e demais encargos assumidos pela OSC.

**14.1.2.** O MUNICÍPIO não responde, subsidiária ou solidariamente, pela ausência de cumprimento das obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e comerciais assumidas pela OSC, não se responsabilizando, ainda, por eventuais demandas judiciais.

**14.1.3.** Todas as comunicações relativas a esta parceria serão consideradas como regularmente efetuadas quando realizadas por meio eletrônico.

**14.1.4.** As exigências que não puderem ser cumpridas por meio eletrônico deverão ser supridas através da regular instrução processual, em meio físico.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTAGEM**  
**Secretaria Municipal de Trabalho e Geração de Renda**  
Av. José Faria da Rocha, 3.185 – Bairro Eldorado – Contagem/MG.  
CEP: 32.310.210 - Tel.: (31) 3198-3009/3198-3000




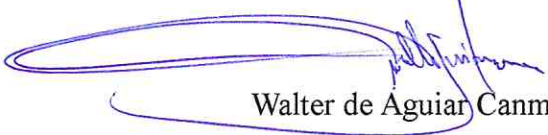
### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

**15.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de Contagem para dirimir quaisquer questões resultantes da execução ou da interpretação deste instrumento e que não puderem ser resolvidas administrativamente.

E, por estarem de acordo com as cláusulas e condições ajustadas, firmam o presente termo, em 2 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que produza os efeitos legais.


Contagem, 11 de Janeiro de 2019 .

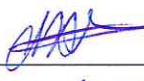
  
Frederico Ricardo Fonseca Carneiro  
Secretário Municipal de Trabalho e Geração de Renda

  
Walter de Aguiar Canmos

Presidente Instituição Espírita Lar de Marcos

Testemunhas:


  
Nome: Fabio Dias Reis  
CPF: 109.964.546-83

  
Nome: MARCO ANTONIO MOREIRA  
CPF: 277.680.202-63



**PLANO DE TRABALHO TERMO DE COLABORAÇÃO 002/2018 SETGER**

**1 - DADOS CADASTRAIS**

<b>1.1 PMC</b>				
SECRETARIA GESTORA DA POLÍTICA PÚBLICA: Secretaria Municipal de Trabalho e Geração de Renda				
ENDEREÇO: Av. José Faria da Rocha, 3185			BAIRRO: Eldorado	
CIDADE: Contagem	U.F: MG	C.E.P: 32.310.210	DDD/FONE: (31) 3198-3009	
<b>1.1.1 GESTOR DA PARCERIA</b>				
NOME Marco Aurélio Peixoto		LOTAÇÃO SETGER		
CARGO Diretor de Economia Solidária		MATRÍCULA 1504201		
E-MAIL GESTOR DA PARCERIA <a href="mailto:marco.peixoto@contagem.mg.gov.br">marco.peixoto@contagem.mg.gov.br</a>				
<b>1.2 OSC</b>				
NOME Instituição Espírita Lar de Marcos			CNPJ 17.359.415/0001-59	
ENDEREÇO Rua Carlos Pinheiro Chagas, 170			BAIRRO Ressaca	
CIDADE Contagem	U.F MG	C.E.P 32.113.460	DDD/FONE 31 3357-3459	LEI DE UTILIDADE PÚBLICA
BANCO C.E.F	AG 1532	CC 163-5	NOME DA AGÊNCIA Carmo-Sion	
E-MAIL <a href="mailto:coordenação@lardemarcos.org.br">coordenação@lardemarcos.org.br</a>				
<b>1.2 DIRIGENTE</b>				
NOME DO RESPONSÁVEL Walter de Aguiar Campos			C.P.F 163.723.526-72	
R.G./ORGÃO EXPEDIDOR MG-508.903 SSP/MG	CARGO Presidente	FUNÇÃO Diretor	PERÍODO DE MANDATO 01/01/2019 a 31/12/2020	
ENDEREÇO Rua Inspetor Nilo Seabra, 17 apto. 302 Bairro Cidade Nova			CIDADE Belo Horizonte	
CEP 31.170-290	U.F MG	TELEFONE 31-98484-7961	E-MAIL <a href="mailto:Waltacampos7@gmail.com">Waltacampos7@gmail.com</a>	
 ASSINATURA DO DIRIGENTE VALIDANDO O CONTEÚDO DO PLANO				



## 2 - DESCRIÇÃO DO OBJETO A SER EXECUTADO

### 2.1 PROGRAMA DE GOVERNO:

Programa Economia Popular Solidária

### 2.2 Identificação do Objeto:

Concessão de apoio da administração pública municipal para a execução de apoio as ações e programas da Economia Popular Solidária, através de custeio, pagamento pessoal, custeio de insumos para feiras, custeio de capacitações, pagamento de serviços a terceiros, estruturação de espaços para comercialização, aquisição de material para escritório, material de limpeza e apoio na potencialização de empreendimentos solidários do município de Contagem/MG.

### 2.3 Período de execução :

11/01/2019 a 10/01/2020

### 2.4 Justificativa da proposição:

A Prefeitura Municipal de Contagem esta atenta as mazelas do município e se desdobra continuamente para implementação de políticas públicas com objetivo de suprimir a extrema pobreza. Para isso é necessário desenvolver iniciativas que resultem em uma maior eficácia na difícil tarefa de combater a exclusão social, sem deixar de promover iniciativas para o avanço geral do município. Contagem conta hoje, com o CENTRO PÚBLICO DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA, localizado no bairro Água Branca, para criar e desenvolver pequenos empreendimentos, para pessoas que desejam produzir artesanato ou comidas típicas e comercializá-los em feiras solidárias. No Centro Público são desenvolvidas capacitações, palestras, oficinas, fóruns, registro no sistema do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), organização de feiras e a incubação de pequenos empreendimentos. O objetivo da proposta é gerar renda para famílias carentes, que são público-alvo do projeto, promovendo a inclusão econômica e social.

## 3 – METAS

META	PRAZO
1.Promover a incubação de aproximadamente 20 empreendimentos por mês através de assessoria contínua e direta, formação continuada e inserção em redes de comercialização.	12 meses
2.Disponibilizar equipamentos e apoio de infraestrutura para realização fóruns, reuniões e feiras de economia solidária	12 meses
3.Aquisição de materiais de consumo com vistas a incubação e monitoramento dos empreendimentos solidários	12 meses
4.Apoio nas atividades práticas de aproximadamente 200 empreendedores de Economia Solidária (Trajetória da ECOSOL, autogestão, experiências de sucesso, gestão participativa, comercio justo e solidário,democracia, construção de redes e direitos sociais)	12 meses



5. Apoio nas atividades práticas de aproximadamente 200 empreendedores nas áreas de artesanato, alimentação e outras áreas a serem delimitadas de acordo com a sistematização do plano de desenvolvimento local.	12 meses
6. Estruturação de espaço físico e equipamentos para comercialização solidária	12 meses
7. Realização de aproximadamente 15 feiras mensais de Economia Solidária para consolidação das ações práticas de comercialização solidária.	12 meses

#### 4 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

META	AÇÃO	Início	Término	RESPONSÁVEL
01	1.1. Assessoria mensal de aproximadamente 20 empreendimentos solidários. 1.2. Orientação para o acesso ao microcrédito produtivo orientado	01/01/2019	31/12/2019	Gestor da Parceria
02	2.1. Elaboração, publicação e realização de eventos de comercialização com vistas dos empreendimentos solidários.	01/01/2019	31/12/2019	Gestor da Parceria
03	3.1. Aquisição de materiais de consumo com vistas a incubação dos empreendimentos solidários.	01/01/2019	31/12/2019	Gestor da Parceria
04	4.1. Apoio na elaboração da metodologia e material didático para formação técnica de aproximadamente 200 empreendedores, através do programa PRODESOL, ofertado através de parceria com a faculdade UNA. 4.2. Realização de formação técnica para aproximadamente 200 empreendedores em Economia Solidária	01/01/2019	31/12/2019	Gestor da Parceria
05	5.1. Fomento de espaços físicos e equipamentos para comercialização dos empreendimentos de econômicos solidários	01/01/2019	31/12/2019	Gestor da Parceria
06	6.1. Realização de aproximadamente 15 feiras mensais de Economia Solidária para consolidação das ações de comercialização solidária.	01/01/2019	31/12/2019	Gestor da Parceria



## 5 - INDICADORES, DOCUMENTOS E OUTROS MEIOS A SEREM UTILIZADOS PARA A AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS

- Apresentar relatórios de execução do objeto e de execução financeira, elaborados eletronicamente por meio de formulários próprios constantes do sítio eletrônico do MUNICÍPIO e contendo, entre outros dados: comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados, acompanhado de justificativas para todos os resultados não alcançados e propostas de ação para superação dos problemas enfrentados; demonstrativo integral da receita e despesa realizadas na execução, em regime de caixa e em regime de competência; e comprovantes de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.
- Prestar contas, eletronicamente, por meio de formulários próprios constantes do sítio eletrônico do MUNICÍPIO, da totalidade das operações patrimoniais e resultados da parceria, de acordo com a legislação e regulamentação aplicáveis;
- Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativo são objeto da parceria;
- Permitir e facilitar o acesso de agentes do MUNICÍPIO, membros dos conselhos gestores da política pública, quando houver, da CMA e demais órgãos de fiscalização interna e externa a todos os documentos relativos à execução do objeto da parceria, prestando-lhes todas e quaisquer informações solicitadas, bem como aos locais de execução do objeto

## 4 - PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Descrição da Despesa	Quantidade Mensal	Valor Mensal	Valor Anual
Pessoal (folha e encargos)	12	R\$-22.000,00	R\$-264.000,00
Material de Consumo e Limpeza	12	R\$-333,33	R\$-3.999,96
Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	12	R\$-21.296,67	R\$-255.560,04
Alimentação / Lanches	12	R\$-250,00	R\$-3.000,00
Custos Indiretos	12	R\$500,00	R\$-6.000,00
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>R\$-44.380,00</b>	<b>R\$-532.560,00</b>

Os valores a serem repassados, mediante cronograma de desembolso compatível com os gastos das etapas

## 5 – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

vinculadas às metas do cronograma físico.

META	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
	R\$-44.380,00	R\$-44.380,00	R\$-44.380,00	R\$-44.380,00	R\$-44.380,00	R\$-44.380,00
META	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
	R\$-44.380,00	R\$-44.380,00	R\$-44.380,00	R\$-44.380,00	R\$-44.380,00	R\$-44.380,00
<b>VALOR GLOBAL</b>						<b>R\$-532.560,00</b>



## 6 – CONTRAPARTIDA

Conforme art 35 da lei 13019/2014, Não será exigida contrapartida financeira como requisito para celebração desta parceria.

## 7 – PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL

As prestações de contas deverão ser apresentadas mensalmente de acordo com o cronograma de desembolso, estabelecido pelo manual de prestação de contas da CGM e as regras estabelecidas pelo termo de parceria.

## 8 - PREVISÃO DE RECEITAS E A ESTIMATIVA DE DESPESAS A SEREM REALIZADAS NA EXECUÇÃO DAS AÇÕES, INCLUINDO OS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS E A DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS INDIRETOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO;

MES	DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS	SERVIÇOS DE TERCEIROS	ALIMENTAÇÃO E LANCHES	CUSTOS INDIRETOS	MATERIAL DE CONSUMO E LIMPEZA	DESEMBOLSO MENSAL DA ADMINISTRAÇÃO
jan/19	R\$-22.000,00	R\$ 21.296,67	R\$ 250,00	R\$ 500,00	R\$ 333,33	R\$ 44.380,00
fev/19	R\$-22.000,00	R\$ 21.296,67	R\$ 250,00	R\$ 500,00	R\$ 333,33	R\$ 44.380,00
mar/19	R\$-22.000,00	R\$ 21.296,67	R\$ 250,00	R\$ 500,00	R\$ 333,33	R\$ 44.380,00
abr/19	R\$-22.000,00	R\$ 21.296,67	R\$ 250,00	R\$ 500,00	R\$ 333,33	R\$ 44.380,00
mai/19	R\$-22.000,00	R\$ 21.296,67	R\$ 250,00	R\$ 500,00	R\$ 333,33	R\$ 44.380,00
jun/19	R\$-22.000,00	R\$ 21.296,67	R\$ 250,00	R\$ 500,00	R\$ 333,33	R\$ 44.380,00
jul/19	R\$-22.000,00	R\$ 21.296,67	R\$ 250,00	R\$ 500,00	R\$ 333,33	R\$ 44.380,00
ago/19	R\$-22.000,00	R\$ 21.296,67	R\$ 250,00	R\$ 500,00	R\$ 333,33	R\$ 44.380,00
set/19	R\$-22.000,00	R\$ 21.296,67	R\$ 250,00	R\$ 500,00	R\$ 333,33	R\$ 44.380,00
out/19	R\$-22.000,00	R\$ 21.296,67	R\$ 250,00	R\$ 500,00	R\$ 333,33	R\$ 44.380,00
nov/19	R\$-22.000,00	R\$ 21.296,67	R\$ 250,00	R\$ 500,00	R\$ 333,33	R\$ 44.380,00
dez/19	R\$-22.000,00	R\$ 21.296,67	R\$ 250,00	R\$ 500,00	R\$ 333,33	R\$ 44.380,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$264.000,00</b>	<b>R\$ 255.560,04</b>	<b>R\$ 3.000,00</b>	<b>R\$ 6.000,00</b>	<b>R\$ 3.999,96</b>	<b>R\$ 532.560,00</b>





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTAGEM**  
**Secretaria Municipal de Trabalho e Geração de Renda**  
Av. José Faria da Rocha, 3.185 – Bairro Eldorado – Contagem/MG  
CPF: 32.310.210 - Tel.: (31) 3198-3009/3198-3000



8.1 - **DECLARAMOS** que foi analisado o conteúdo do PLANO DE TRABALHO, aprovamos e autorizamos a execução dos procedimentos operacionais detalhados no mesmo, que será vinculado ao PROCESSO Nº 001/2018SETGER, proposto pela (OSC) Instituição Espirita Lar de Marcos.

Contagem, 11 de Janeiro de 2019.

  
-----  
**GESTOR DA PARCERIA**

  
-----  
**SECRETÁRIO DA PASTA**



**ACÓRDÃO Nº 025/2019**

PROCESSO Nº 07692/2017-02A  
 RECORRENTE: SEBASTIÃO DO NASCIMENTO  
 ASSUNTO: Isenção de IPTU e Taxas para aposentado  
 RELATOR: Marcelo Rodrigues do Carmo  
 DATA DO JULGAMENTO: 24/01/2019



IPTU – PEDIDO DE ISENÇÃO PARA APOSENTADOS E PENCIONISTAS – IMPROCEDÊNCIA EM PRIMEIRA INSTÂNCIA – RECURSO VOLUNTÁRIO – PREVISÃO EM LEI MUNICIPAL – COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS LEGAIS – PEDIDO PROTOCOLADO EM TEMPO REGULAMENTAR - REFORMA DA DECISÃO. Por unanimidade de votos, acompanhando o Relator, a Câmara conheceu do recurso voluntário, e deu-lhe provimento para reformar a decisão de primeira instância e deferir o pedido do contribuinte para conceder isenção de IPTU e TCRS do exercício 2017, relativo ao imóvel de índice cadastral 04.274.0378.001-0 na forma do § 2º, do art. 2º do Decreto nº 54/2017 c/c artigos 50.B e 50.C do CTMC. Participaram do julgamento presidido pelo Sr. Carlos Frederico Pinto Neto, o Sr. Marcelo Rodrigues do Carmo, o Sr. César Augusto de Barros e a Sra. Kênia Dutra Campos.

**ACÓRDÃO Nº 026/2019**

PROCESSO Nº 11111/2017-02A  
 RECORRENTE: PEDRO ANTÔNIO PEREIRA  
 ASSUNTO: Isenção de IPTU e Taxas para aposentado  
 RELATOR: Marcelo Rodrigues do Carmo  
 DATA DO JULGAMENTO: 24/01/2019

IPTU – PEDIDO DE ISENÇÃO PARA APOSENTADOS E PENCIONISTAS – IMPROCEDÊNCIA EM PRIMEIRA INSTÂNCIA – RECURSO VOLUNTÁRIO – PREVISÃO EM LEI MUNICIPAL – COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS LEGAIS – PEDIDO PROTOCOLADO EM TEMPO REGULAMENTAR - REFORMA DA DECISÃO. Por unanimidade de votos, acompanhando o Relator, a Câmara conheceu do recurso voluntário, e deu-lhe provimento para reformar a decisão de primeira instância e deferir o pedido do contribuinte para conceder isenção de IPTU e TCRS do exercício 2017, relativo ao imóvel de índice cadastral nº 09.290.0174.001-0, na forma do § 2º, do art. 2º do Decreto nº 54/2017 c/c artigos 50.B e 50.C do CTMC. Participaram do julgamento presidido pelo Sr. Carlos Frederico Pinto Neto, o Sr. Marcelo Rodrigues do Carmo, o Sr. César Augusto de Barros e a Sra. Kênia Dutra Campos.

**ACÓRDÃO Nº 027/2019**

PROCESSO Nº 07778/2017-05A  
 RECORRENTE : MARIA DAS GRAÇAS NEPOMUCENO  
 ASSUNTO : Isenção de IPTU e Taxas  
 RELATOR : César Augusto de Barros  
 DATA DO JULGAMENTO: 24/01/2019

RECURSO VOLUNTÁRIO TEMPESTIVO ,IMPROCEDÊNCIA. IPTU E TAXAS 2017 . Por unanimidade de votos , acompanhando o relator , o Conselho Tributário Administrativo de Contagem - CONTAC, na sua Segunda Câmara, conheceu do recurso Voluntário , e o julgou IMPROCEDENTE , mantendo a decisão de primeira instância , em cobrar o IPTU e as Taxas que com ele são cobradas para o ano de 2017, já que a requerente não fez prova de posse ou propriedade do imóvel, embora seja viúva do antigo proprietário , os herdeiros são seus filhos , já que o regime de casamento era o de separação de bens. Participaram do julgamento presidido pelo Sr. Carlos Frederico Pinto e Neto , o Sr. Marcelo Rodrigues do Carmo , a Sra. Kênia Dutra de Campos , e o Sr. César Augusto de Barros.



Extrato do Termo de Colaboração nº 002/2018, que celebram entre si o Município de Contagem por intermédio da Secretaria Municipal de Trabalho e Geração de Renda e a Instituição Espirita Lar de Marcos, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 17.359.415/0001-59.  
 Objeto: Concessão de apoio da administração pública municipal para a execução de apoio as ações e programas da Economia Popular Solidária, através de custeio de insumos e capacitações para feiras, pagamento pessoal.  
 Valor Global: R\$ 532.560,00 (quinhentos e trinta e dois mil reais, quinhentos e sessenta reais)  
 Dotação orçamentária: 119.2.11.334.0035.2226.33504300.0100  
 Assinado em 11/01/2019  
 Vigência: 11/01/2019 a 11/01/2020